

PARA ALÉM DAS LINHAS COLORIDAS OU PONTILHADAS – REFLEXÕES PARA UMA TIPOLOGIA DAS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS¹

BESIDES THE COLORFUL AND DOTTED LINES - REFLECTIONS FOR A
TYPOLOGY OF BORDER RELATIONS

MÁS ALLÁ DE LAS LÍNEAS COLOREADAS O PUNTEADAS - REFLEXIONES
PARA UNA TIPOLOGÍA DE LAS RELACIONES FRONTERIZAS

Tito Carlos Machado de Oliveira

Doutor em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Bolsista DCR/CNPq. Docente do Mestrado em Geografia e do Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Rua Mal Rondon, 1844, Campo Grande-MS. CEP: 79002-200.

Tel: (+55 67) 3345-7191.

Email: tito.machado@ufms.br

RESUMO

As fronteiras têm passado por ricas e intensas modificações desde o último quartel do século passado. Há um visível dinamismo nas fronteiras, provocado pela intensificação das trocas mercantis nesse período de globalização e, por efeito, tem acelerado a comunicação entre os povos e as trocas culturais. A porosidade, as ambiguidades, as contradições, a permeabilidade e a mutabilidade têm sido a marca desse território. A intenção deste artigo é fazer uma reflexão crítica com base na orientação conceitual do espaço geográfico e na categoria território e, ao mesmo tempo, avançar no desenho de uma tipologia de relações fronteiriças.

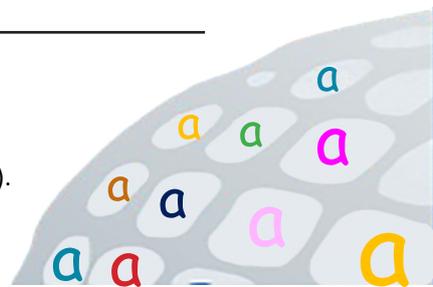
PALAVRAS-CHAVE: fronteira, território, integração, tipologia.

ABSTRACT:

The borders have passed for rich and intense modifications since the last quarter of the past century. It has a visible dynamism in the borders provoked by the intensification of the mercantile exchanges in this period of globalization and for effect it has sped up the communication between the cultural peoples and exchanges. The porosity, the ambiguities, the contradictions, the permeability and the changeability have been the mark of this territory. The intent of this article is to make a critical reflection based on the conceptual orientation of the geographic space and territory category and at the same time, move forward in the design of a typology of border relations.

KEY WORDS: border, territory, integration, typography.

¹ Como parte do projeto "Polos Geográficos de Ligação", financiado pela Fundect e CNPq.



RESUMEN

Las fronteras han pasado por ricas e intensas modificaciones desde la última cuarta parte del siglo pasado. Existe un dinamismo visible en las fronteras provocado por la intensificación de los intercambios mercantiles en este periodo de globalización y, por efecto, han acelerado la comunicación entre los pueblos y los intercambios culturales. La porosidad, las ambigüedades, las contradicciones, la permeabilidad y la mutabilidad han sido las marcas de este territorio. La intención de este artículo es la búsqueda de una reflexión crítica con base en la orientación conceptual del espacio geográfico y en la categoría territorio, y al mismo tiempo avanzar en el diseño de una tipología de relaciones fronterizas.

PALABRAS CLAVE: Frontera, territorio, integración, tipología.

"A fronteira não é uma linha, a fronteira é um dos elementos da comunicação biossocial que assume uma função reguladora."

Claude Raffestin

INTRODUÇÃO

A representação que se faz da fronteira, nos dias que correm, por parte dos meios midiáticos em geral, é tão pobre quanto angustiante e contraditória: divulga-se a destruição das fronteiras, tanto no sentido histórico quanto geográfico, pela imposição do trânsito de mercadorias, ao mesmo tempo em que, illogicamente, reforça-se o seu sentido ao solicitarem seu trancamento às trocas sinistras.

Isto é, simultaneamente ao processo de dissolução, dialeticamente, ratifica o seu conceito e o seu conteúdo territorial. Há, sobre a fronteira uma aparência paradoxal de desmantelamento e reconstrução. Em todos os termos e por todos os meios, a ela existe e “...é, sobretudo, encerramento de um espaço, delimitação de um território, fixação de uma superfície. Em suma, a fronteira é um marco que limita e separa e que aponta sentidos socializados de reconhecimento” (PESAVENTO, 2006, p 10).

Por mais que pesem as elucubrações da *new economic ortodoccia* consolidando seu fim, as fronteiras têm mostrado nodosidades expressivas de ligação entre malhas territoriais distintas, elos agudos da integração regional, reafirmando o papel de que, sem ela – como alude Raffestin (2005 p. 11) - “a história não pode ser interpretável”.

Algo está posto: as fronteiras não podem ser compreendidas como sinônimo doutros lugares do Estado-Nação; não podem ser, como geralmente o são, consideradas tão somente – esclarece Raffestin (2005) – como linhas coloridas ou pontilhadas postas sobre a fria cartografia sem múltiplas escalas, insípidas e a-histórica. As fronteiras foram e serão sempre um elemento chave de diferenciação, comunhão e comunicação, interpondo-se entre a ordem e a desordem, entre o formal e o funcional, abraçando, nem sempre com equilíbrio, as regras e os ritos socioculturais conexos e desconexos. Não são e não podem ser lidas como linhas adsorventes, visto que são trementes, pois oscilam ao hospedar apetrechos comunitários distintos, com interesses múltiplos associados e refletindo uma territorialidade com *hibridación generalizada*, no dizer de Grimson (2004).

O meio geográfico fronteiriço, repleto de fluidez e porosidade, tem se posicionado como verdadeiras zonas de contato entre povos e, assim sendo, não pode ser abrangido apenas como simples ferramenta de delimitação e demarcação, senão ao contrário, como nódulos de inclusão e exclusão, como aborda Newman (2006, p 148) a partir das categorias “*frontera como processo*” e “*frontera como institución*”.

O intuito deste texto é interrogar sobre o papel desempenhado pelas fronteiras, enquanto zonas de contato, neste período de globalização marcado pela ampliação dos flu-



xos regionais e também por multiculturalidade, descompassos éticos e contradições de interesses nacionais. O objetivo também é externar uma reflexão com base na orientação do espaço geográfico e na categoria território; ao mesmo tempo, objetiva avançar na caracterização técnica, com escopo científico, de uma tipologia para caracterizar as relações fronteiriças, sobretudo no espaço latino-americano.

O alvo foi arquitetar um instrumento capaz de abordar as formas de aproximação existentes entre um numerário infinito de tipos diferentes de fronteira, com a possibilidade de aplicar políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento e aos mecanismos de planejamento e aprendizagem.

Contrapondo-se a uma integridade territorial absoluta, a tipologia apresentada concentra a atenção no fato de que a territorialidade presente nas regiões de fronteira é muito mais complexa do que a aparência permite advertir: a cada *translocalidade* observada na fronteira, redesenha-se a paisagem em função de sua complexidade; o resultado é um mapa dinâmico - multiforme e mutável.

A CONDIÇÃO DO TERRITÓRIO – UMA LÓGICA PRÓPRIA.

As fronteiras estão passando por metamorfoses dignas de observação; as formas de uso do território têm redefinido o espaço físico-institucional que limita um Estado-Nação de outro em toda América.

O território fronteiriço – aqui entendido como ator e não como palco – sustenta a atuação de duas ordens distintas que se aproximam e se correlacionam: uma global e outra local, que se confrontam, mas também se imbricam na consolidação do meio geográfico de um novo tempo. A ordem global externa está regida sob a lógica dos organismos internacionais que terminam ditando os ritmos dos fluxos e a standardização de conceitos em escala planetária, desconsiderando e desconcertando as circulações e intenções locais, estendendo, assim, uma manta de feições homogeneizantes sobre todos os territórios. A outra – local e interna - regida pela organização, atuação e dinâmica dos atores locais, imprime formas variáveis e descontínuas aos fluxos que, por sua vez, permitem fixar dissimilaridades necessárias aos territórios. As imbricações destas duas ordens atam, na arena fronteiriça, formas de entrelaçamentos através de complexos desenhos espaciais, tanto na formatação das *redes* de intercâmbios, no estabelecimento de *nós* de imbricações nos subsistemas, quanto na ocupação das *malhas* postas e sobrevividas.

Todas estas relações vêm tecendo interações abertas, cada vez mais permanentes, permeáveis e fecundas, subvertendo as paisagens instituídas até então. Não é difícil observar:

há uma remodelagem das regiões de fronteira em toda América Latina. Frágeis lugarejos têm se fortalecido como cidades; a infraestrutura, ainda que lenta e mal cuidada, tem avançado em direção às divisas; as relações de interatividades econômicas- formais, funcionais e ilícitas- estabelecem comunicações de tipos variados estabelecendo complexidades e elasticidades aos conceitos de limites e mobilidade.

E, como relata Milton Santos (2004, p. 336-340), para um tipo de consumo, os indivíduos são prisioneiros da cidade e de sua condição espaço-temporal; para outros, a capacidade de escapar da sujeição das analogias do mercado local impõe a necessidade de mobilidade do indivíduo. Na fronteira, os estímulos por trocas libertam os indivíduos para uma mobilidade que obedece a uma *lógica específica*, ao criar “seu próprio mercado” com diferentes graus de intensidade, legitimando mecanismos singulares de complementaridades entre culturas e condutas dispares. Esta *condição* do território fronteiriço tem marcado a população, a cidade e os seus organismos econômicos e políticos com comportamentos únicos que se separam – em nível e grau - do restante do Estado-Nação.

Decorre no território fronteiriço uma funcionalização da estrutura produtiva e ocupacional, derivada das vantagens comparativas acertadas na condição de *ser* fronteira. É o que Pébayle (1994) sustenta como *lógica estrutural*. Uma relação horizontal dada pela capacidade relacional dos indivíduos que define a produção e distribuição dos equipamentos citadinos e a tessitura urbana².

Sob esta lógica estrutural paira outra *lógica conjuntural*. Confere Pébayle, que esta lógica conjuntural é que possibilita o verdadeiro dinamismo da região de fronteira. Se câmbios de moedas, tratados, controle fitossanitário, decisões e acordos governamentais unilaterais ou multilaterais, etc. interferem de forma tangencial nas cidades distantes da fronteira, no entanto, quanto mais próxima estiver uma comunidade de uma linha fronteiriça, maior será a influência direta e simultânea desta lógica. Todas as vezes que muda a correlação cambial, (geralmente entre a moeda local e o dólar americano), significativamente muda também o sentido dos fluxos de trocas mercantis na fronteira; qualquer mudança na postura política de governos em relação ao estado vizinho, imediatamente, na fronteira, se ordenam manifestações cotidianas correlacionadas. Ou seja, a fronteira, como princípio a oscilação, fixando uma condição pendular para os investimentos, para gastos corriqueiros individuais ou públicos, para ações sociais de convivência e até para o *humor* geral. As cidades conurbadas da fronteira são reféns dos gradientes incisivos dessa lógica.

Em outro sentido, Raffestin (1993) destaca duas formas de atuação que se confron-

² Todos estes artefatos se amplificam naquelas cidades gêmeas ou nas semi-conurbações, por serem lugares de comunicação mais intensa (MACHADO, 1996).

tam e se aquiescem no mesmo espaço: a atuação das *organizações econômicas* e a atuação das *organizações políticas*. Essas duas, que nas cidades não fronteiriças possuem a tradição de se pactuar, na fronteira convergem para uma performance pouco combinada. A primeira- organizações econômicas- depende, diretamente, da fluidez da circulação de bens e serviços, dependendo, como efeito, do arrefecimento das barreiras territoriais que emperram a velocidade e consistência dos fluxos comerciais e “... têm um interesse evidente – esclarece Raffestin (1993, p. 176) - em anular os obstáculos, para tornar o espaço territorial isotrópico tanto quanto possível, de maneira a investir com facilidade ao sabor das modificações”. A segunda- organizações políticas-, ao contrário, tem interesse direto em dividir e recortar, como forma de controlar a velocidade da difusão, e, como efeito, manter o controle sob o espaço territorial, isto é, torná-lo anisotrópico. Todavia, tal separação não pode ser tomada como absoluta.

Em se tratando das cidades de fronteiras, há um desconforto aparente e um confronto tácito entre as duas organizações. A condição bipolar e multiforme do território fronteiro faz com que as *organizações econômicas* criem modelos próprios de intercâmbio, cada vez mais porosos, na circulação de bens, serviços e pessoas, todos no sentido de abrir flancos que assegurem a perene relação de trocas, gerando mais e mais relações horizontais. É lícito proferir que a atuação dos organismos econômicos consagra, grosso modo, o *modus vivendi* da comunidade com maior concisão. Por outro lado, as mesmas condições de polaridade fazem com que as *organizações políticas*, por estarem em um subcampo normativo,³ conforme alude Garcia (2006), caminha, se não no sentido contrário, porém *pouco* na direção da interação. Entretanto, a atuação dos organismos políticos não pode ser resignada no processo de integração; a sua performance pode convergir no sentido de estreitar relações político-administrativas e arquitetar projetos mult institucionais.

É mister relatar, contudo, que, embora os objetivos – ou a velocidade das ações - das duas organizações (políticas e econômicas) sejam, em parte, adversas, Raffestin (1993 p. 177) propõe que estas contradições tendem e devem ser suplantadas. As organizações políticas que, por natureza, geram mais relações verticais, devem fazer um esforço de produzir mais relações horizontais, (mais desejáveis), caso contrário, “entra-se no pesadelo das descontinuidades paralisantes”.

³ Garcia (2006, P. 13) estabelece um modelo para entender as relações da fronteira internacional, dividindo em quatro subcampos: subcampo ideacional (onde os principais elementos são cultura e identidade); subcampo normativo (regido por normas e leis); subcampo materialista (no qual se encontra o modelo econômico e suas relações de trocas); e, subcampo agencial (onde estão os atores e as atividades coletivas da vida cotidiana na fronteira).

A hegemonia das animações advindas das complementaridades dadas pelo capital, trabalho, terra e serviços (cf. HOUSE, 1980) e, sobretudo, a cultura⁴, entre os povos fronteiriços, consolida um ritual que, mesmo absorvido de modo disperso pelo conjunto populacional, aflui para procedimentos coletivos convergentes nas mais diferentes diásporas.

Considerando que a forma urbana é expressão da paisagem cultural, como bem relata Yázigi (2002), a mobilidade e o crescimento populacional nas franjas fronteiriças transformam as fronteiras em um exponencial assunto urbano e produz uma nova realidade para as relações transfronteiriças. Como bem menciona Dilla Alfonso (2015 p 25), surgem cidades nas fronteiras com diversos níveis de interações, formando sistemas urbanos complexos e contraditórios, chamados por ele de *Complejos Urbanos Transfronterizos*.

É certo que o endereço das conexões futuras nas cidades de fronteira é a sua condição de *ser* fronteira; também é certo que precipita sobre elas externalidades que as desorientam e engendram adaptações severas ao seu subsistema local: seja no sentido de impelir uma aproximação entre os lados, construindo pontes de ajuntamento, ou seja no seu avesso, erigindo formas xenofóbicas e ideológicas de abdução entre os povos⁵.

O lance é que a rapidez dos acontecimentos, promovidos em especial pelo frenesi das transações comerciais do período atual, conforma profundas transformações sociais, econômicas e territoriais em todos os lugares. Mas na fronteira, os acontecimentos se sucedem em um ambiente com *coerência espacial e lógica própria*, admissível à condição multiforme do território, obrigando a se revisarem as chaves interpretativas aplicadas a outros lugares.

PONDERAÇÕES TOPOLÓGICAS.

Ao tentar se criar uma tipologia, é premente analisar o uso e fluidez do território, para não cair nas armadilhas daqueles que observam as fronteiras como mero espaço de migração ilegal, contrabando e narcotráfico, como bem se observa na mídia em geral. Assim, um esforço de compreender este *meio geográfico* sistematicamente, desde a utilização de seus sistemas de engenharias, o fluxo das atividades econômicas, as conjugações das formas sociais e jurídicas, o movimento da população, entre outros, é imperativo.

Ademais, se faz observar, igualmente, que há uma complementaridade, de intensidade variada, na atmosfera fronteiriça, que termina por conceber um comportamento similar,

⁴ “La integración fronteriza es un proceso cultural y social que compromete las diferentes dimensiones de la vida humana, ambiental, política, económica y administrativa, en un territorio dado que pertenece a dos o más naciones” (FLORES y MONGOLLÓN, 2009).

⁵ Vide os muros entre Israel-Palestina e entre EUA-México - citando apenas os mais simbólicos -, mesmo assim, a presença destes artefatos limitadores não passa de eloquentes estímulos à criatividade coletiva da população fronteiriça para transpô-los. Na realidade: muros limitam, mas não evitam.

quase sincrônico, para a população que vive nas proximidades da *regeres fine*: os fronteiriços - ainda que a afirmação seja forte - se assemelham; ao mesmo tempo, paradoxalmente, criam as condições necessárias para produção e reprodução de uma *localidade específica*, ou então, uma espécie qualquer de “*translocalidade*”, no dizer de Appadurai (1997).

As fronteiras devem, portanto, ser analisadas, tanto na perspectiva do aspecto geral, quanto na do particular, observando-se suas especificidades: formas, estrutura, função e o processo que as envolvem, como preza a boas práticas do método do espaço geográfico. Parece impossível estabelecer um paralelismo sistemático entre a imensa variedade de fronteiras; mas, faz-se necessário criar um marco de referência capaz de compreender a realidade talhada pelo movimento histórico do conjunto das localidades.

Por fazer parte de um mundo, de uma totalidade, a visão que se deve ter sobre ela deverá, senão, ser holística. Porém, um conjunto de elementos independentes entre si, mas correlacionados e sobrepostos, permite a emissão de matizes e conceitos intrínsecos à condição territorial de *appartement* por elaabrigada⁶.

A intenção é construir mecanismos de entendimento das engrenagens de aproximação entre povos de cultura e comportamento díspares ante a necessidade de se complementarem para sobreviver. Essa estratégia de sobrevivência está montada, via de regra, no comportamento pessoal e nos nexos de convivência associativa, para incrementar a comunicação, construir trocas comerciais e até fluxos migratórios (ver: SOUCHAUD, 2007 e OLIVEIRA, 2006).

Os pressupostos topológicos aqui estabelecidos, para se vislumbrar o processo de integração, foram dados pela identificação realizada por distintos estudos sobre fronteiras⁷, mas cabe destacar aqueles realizados por estudiosos mexicanos e norte-americanos na fronteira México com Estados Unidos.

Segundo Wong-González (2005 e 2005b), entre a região de Sonora-Arizona, a fronteira conhece duas formas de integração econômica que se complementam: uma, de natureza completamente *funcional* (de fato) - muito mais antiga; outra, de natureza *formal* (de jure) - mais recente. Esta observação, de caráter científico, remete um convite a outros pesquisadores para navegar em direção a formulações múltiplas, extrapolando as abordagens suscitadas para diversas outras fronteiras; autorizando, ainda mais, a consolidação de abordagens que vislumbram estudar estas formas de integração a miúde em um dado

⁶ As fronteiras constituem em espaço privilegiado para estudar determinados mecanismos de aproximação de cunho técnico-científico, fugindo de preceitos meramente descritivos, segundo Foucher (1997).

⁷ Entre eles podemos destacar Alba (1999), Bailey (2003), Lapid (2001), Ramos (1996) Wong-González (1998), Pavlakovich-kochi (1995), Bustamante (1989), Raffestin (1974), Newman (2006), Hernández(2013)entre outros.

território fronteiriço, caracterizando-o e conformando-o às intensidades variadas.

Isto posto, é possível aprofundar o entendimento destas duas formas de integração, partindo-se de pressuposições vividas pelos habitantes das fronteiras e por uma série de esboços teóricos colocados por estudiosos que se debruçaram sobre o tema. É o que está depositado a seguir.

Integração *Funcional* - A Complementaridade Dialética.

Pode-se afirmar que este tipo de integração conforma-se com os conceitos abstraídos da “lógica dialética” abordada por Lefebvre (1991), onde o ponto nodal está nas representações naturais e sociais assentadas, tanto da miséria do cotidiano, (trabalho, repetitivo, enfadonho e subalterno), quanto na grandeza da vida, (desejo, criação, prazer, lazer, etc.), nas cidades, assim como também se aproxima, com restrições, da categoria de “fronteira como instituição” de Newman (2006 p 148). A integração *funcional* é, senão, sinônimo de permeabilidade.

Ainda que não exclusivo, mas é possível apoiar que a maioria absoluta, (porém longe de ser totalidade), das manifestações *funcionais* é sustentada pelo circuito inferior da economia urbana, por se tratar de uma parte da economia pouco moderna “(...) regidas em termo por uma racionalidade menos afeita à divisão internacional do trabalho” (ARROIO e GOMES, 2013 p 40).

Fazem parte destas formas de integração funcional: a pequena indústria artesanal de consumo local, o comércio varejista de qualquer espécie, independentemente do tamanho, (observando-se que o supermercado faz parte do cotidiano dos pobres), o comércio da pequena produção industrial mecanizada, o serviço de qualquer natureza, com ou sem âncora formal, e outros que consolidam a complementaridade cotidiana, como a compra de imóveis, pequenas transações de capitais, o aluguel de máquinas, instrumentos e equipamentos, ocorrido, em especial, no setor rural, entre muitas outras modalidades⁸. Em outros termos, um movimento de trocas que não se confunde com a completa ilicitude do contrabando, mas abre alas para a prática de pequenos descaminhos, mais concretizados sob a égide da ignorância, do que do apelo ao lucro.

Aqui, é justo ressaltar que a interferência dos “organismos econômicos”, através de seus atores menores, é incisiva e decisiva. O corte funcional do território está diretamente ligado às ações de câmaras empresariais, grupos setoriais ou ações individuais de empresários e autônomos, quando engendram iniciativas que elevam a dinâmica dos fluxos

⁸ Não podem ser negligenciadas as trocas envolvendo trabalho intelectual, desde a compra e venda de livros, as aulas em domicílios, aulas no ensino superior, até palestras, conferências, etc.

mercantis de um lado ao outro da fronteira, sem que estejam submetidas às amarras do estatuto legal, como também alargam os espaços laborais, transitando trabalhadores e estendendo o mercado de trabalho para além da linha pontilhada ou colorida nos mapas.

Mas, independentemente da atuação dos organismos econômicos, a população em geral cruza a fronteira para adquirir uma diversidade de mercadorias, serviços e transacionar moedas, desconsiderando os trâmites burocráticos para satisfazer suas necessidades elementares. É possível chamar esta ebulição de inter-relações cotidianas de *complementaridade visível* de trocas, moldurada por uma permissividade congênita nas fronteiras.

Entretanto, deve-se considerar que a riqueza da funcionalidade traz consigo uma série de outras ingerências, não apenas *funcionais*, mas também não-lícitas, passíveis de assimilação, neste estudo, identificada como *participação invisível* da funcionalidade. As facilidades induzidas pela dinâmica das articulações econômicas livre de regulação terminam igualmente abrindo frechas para penetração e efetivação de atividades nocivas de toda espécie, (narcotráfico, corrupção, contrabando, descaminhos, contravenção, lavagem de dinheiro, etc.), tanto em pequena escala, exercidas por pessoas comuns, independentemente de classe social, como até por grupos articulados em redes transnacionais. Todavia, tal fato não é uma exclusividade da região de fronteira. Porém, a condição do território fronteiro, via de regra, pode decompor uma *participação invisível* trivial em uma *accelerating pumb* de proporções incognoscíveis, revertendo conceitos e reposicionando atuações.

Em termos conceituais e concretos, é a expansão-retração da integração *funcional* na fronteira que, em todos os aspectos, abriga a convivência compartilhada dos costumes, *habitus*, ritos e ruídos, modula o comportamento social no sentido da aproximação, aceitação e definição conceitual de um povo em relação ao outro, mesmo com as anfibiologias sentidas de parte e contraparte.

Por outro lado, essa expansão rotacional, da integração *funcional* interfere, como efeito direto, na utilização dos aprestos citadinos. Forçando uma reinvenção dos objetos, dos equipamentos e do mobiliário urbano, pelos cidadãos, em detrimento de qualquer forma de organização do traçado existente; uma sucessão de construções de mau aspecto surge, lesionando a arquitetura passada quando existente, invadindo e descaracterizando os espaços públicos de convivência, cujos parâmetros oferecem, durante o dia, ambientes de intensa circulação, negócio e informação, enquanto, durante a noite, uma solidão profunda e angustiante de um perfeito *não lugar*.

De todo modo que, a integração *funcional*, por trabalhar com forças antagônicas, se posta como coluna vertebral do processo de reprodução da capacidade criativa dos fron-

teiriços, cujas vértebras emitem fibras nervosas em todas as direções e sentidos, depurando ramificações que sustentam, desde as coloridas interações até tenebrosas transações.

Integração *formal* – A complementaridade ecdêmica.

Esse tipo de integração pode ser configurado como aquele de movimento que se enquadra na geral legalidade. É o tipo de integração que respeita preceitos, instrumentos, doutrina, regras, medidas e normas de conduta, independentemente do tempo, do lugar e da vontade coletiva, e se coloca como imutável e mandatário. Organiza-se diante de um conjunto de proposições encadeadas para um percurso com propósito estrito e é aplicada sob princípios lógico-formais, desconsiderando o movimento do cotidiano. Ou seja, é ecdêmica, não atinge em massa a população e o território. Melhor proferindo: como nada ocorre isolado, o efeito dessa forma de integração termina por se estender para o conjunto biossocial, de forma seletiva e, quase sempre, tardia.

A integração *formal* possui a característica de ser vertical, atuando de cima para baixo, instituindo limites às demandas e demarcando posições, e se aproxima da categoria de Newman (2006) de *fronteira como processo*. Traduzem esse modelo de integração: os acordos bilaterais, as importações e exportações aduaneiras, o estabelecimento de contratos supranacionais, os intercâmbios estudantis, científicos e tecnológicos, protocolos de combate ao narcotráfico, os programas de controle sanitário envolvendo países, entre vários outros (OLIVEIRA, 2009). De forma alguma se pode desconsiderar como *formais* os diversos acordos e arranjos institucionais promovidos por órgãos administrativos municipais, ou de outras esferas, que se localizam nas cidades conurbadas fronteiriças: acordos e intenções para o planejamento, trocas solidárias, formação de Brigadas de Incêndio, Defesa Civil e utilização do Corpo de Bombeiros, ações coordenadas entre Forças Policiais, feiras, propagandas e promoções pactuadas para estimular o comércio local e/ou o turismo, combinações para preservação da natureza, controle de resíduos sólidos, entre muitas outras formas associativas e combinadas em formato paradiplomático dadas, muito mais pelas formas de comunicação locacional do que por força de protocolos entre Nações.

Nesta integração, também sem exclusividade, a maioria das articulações econômicas é dada pelo circuito superior da economia urbana (SANTOS, 1979), especialmente pelos seus “elementos impuros”, (comércio *export-import*, indústrias de exportações), e pelos “elementos mistos,” (atacadistas e transportadoras). Aqui, as externalidades construídas a partir da lógica conjuntural e a atuação dos “organismos políticos”, (aduanas, forças de segurança, relações exteriores, etc.), combinados ou não, possuem um peso substantivo. E, ainda que interfiram tangencialmente no comportamento social, intervêm diretamen-

te na funcionalização do território e interfere no ritmo da consolidação e/ou degradação dos equipamentos citadinos⁹.

Não há, todavia, como negligenciar nem extrapolar a importância e o significado desta forma de integração. A sua importância está em se constituir em decisivo instrumento de “regulação”, na medida em que se coloca em contraponto aos excessos de circulações funcionais, visto que, para sua consecução, se exige, quase sempre, auxílio do aparato institucional – por vezes até repressivo – para exercer a ‘função de controle’ sobre parte do domínio territorial. De tal modo, todas as vezes que a presença das articulações *formais* se acentua, tende impor restrições às articulações *funcionais*.

Enquanto perspectiva, pode-se afirmar que, por um lado, as “organizações econômicas” e os controversos elementos da dinâmica horizontal (lógica estrutural) ambicionam a ampliação da integração *funcional*; por outro lado, movido pela verticalidade da lógica conjuntural, pela atuação dos “organismos políticos”, e pelos interesses do Estado-Nação, instituem regras ou intersecções econômicas que geram a integração *formal*.

ENSAIANDO UMA TIPOLOGIA¹⁰

Observa-se, diante do exposto, um visível conflito entre a dialética do processo social, dado pela integração *funcional*, e a criteriosa geometria da integração *formal*.

A relação entre estas duas lógicas é conflitiva; contudo, muito mais na aparência do que na essência dos fatos. A realidade fronteiriça não possui força suficiente para, apenas por si, transformar as relações de produção do seu território; tão-somente tem poder de interferir e modificá-la. Logo, a incidência destas duas formas de integração desempenha papel de relevo na capacidade de organização da circulação, da produção e da estrutura das cidades fronteiriças, para que não desabem ao sabor de um descomedimento de protocolos e normas, nem em abuso de ações extralegais. Uma corrige os excessos da outra e vice-versa.

São, portanto, inerentes ao bom desempenho da estrutura espacial e à funcionalização do território. Destarte, a sobreposição de uma integração sobre a outra, em prazo longo, acarretará descompasso nas relações com a população vizinha, e até com os Estados-Nações, criando animosidades, instabilidades e desconfianças.

⁹ Um exemplo significativo desta forma de integração de jure é o Projeto VEDERSA (Visión Estratégica del Desarrollo Económico de la Región Sonora-Arizona) fruto da Arizona-Mexico West Trade Commission fundada pelos Governadores de Arizona (EUA) e Sonora (Mx) em 1959.

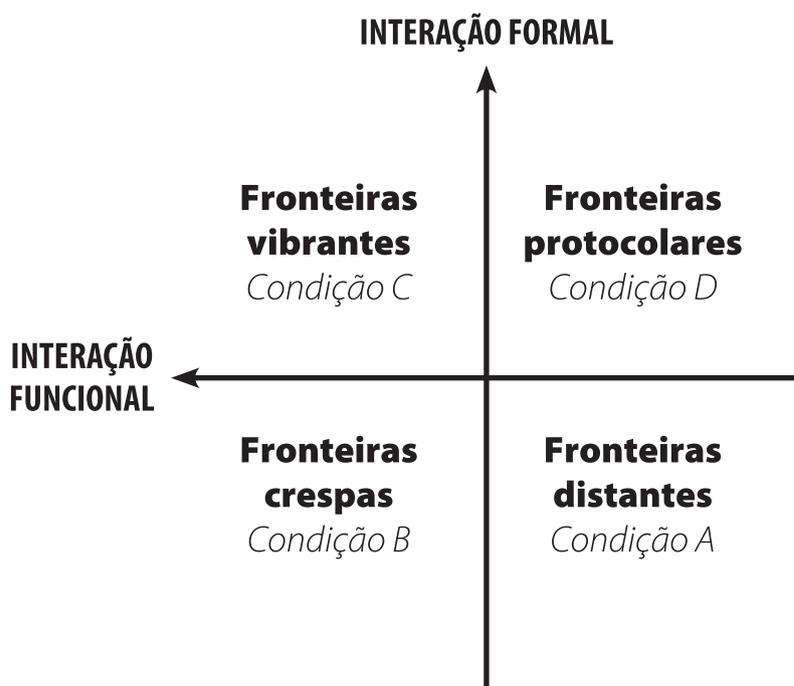
¹⁰ Este conteúdo, relido e revisado sob novas circunstâncias e novos parâmetros, foi extraído de uma parte do texto “Frontières em Amérique latine: réflexions méthodologiques” em OLIVEIRA, T.C.M (2009).

Com a ajuda dessa dupla condição, é possível entrever a formulação de uma Tipologia que sintetize as relações fronteiriças.

A intenção aqui é estabelecer um cruzamento que identifique a baixa e a alta intensidade das duas formas de integração [*formal e funcional*] e, com este, criar um instrumento de caracterização da condição fronteiriça e, através dele, buscar definição para a postura das empresas e entidades, chegando até às cidades e à caracterização de uma região.

Esta Tipologia (Figura 1) fica então assim estabelecida: colocando-se, em uma direção, a intensidade (baixa a alta) de relações *formais* de trocas; e, de outra, as fragilidades à intensidade das relações *funcionais* de trocas de qualquer natureza. Como resultado, detém-se a presença de quatro diferentes tipos de integração que caracterizam as fronteiras, a saber.

Figura 1 – Tipologia das Relações Fronteiriças.



Condição A – Baixa integração formal e baixa integração funcional. *Fronteiras Distantes; uma fronteira de costas para a outra.*

Este caso corresponde àqueles territórios fronteiriços, cujas administrações das cidades, empresas e entidades, ali localizadas, não possuem e não vislumbram relações (nem formal, nem funcional) de proximidade com o país vizinho, ou, quando acontece, são de frágeis complementaridades, que pouco interferem no comportamento social e na estrutura urbana da cidade fronteiriça.

A formalidade e a funcionalidade ali estão presentes apenas na esfera conjuntural, quando muito, dada na definição cambial. A fragilidade *formal* tem sua justificativa na carência de infraestrutura de acesso com o outro país, em função da ausência de fatores lucrativos ou estratégicos estimulantes à capacidade de atender ao processo mais ativo de circulação de mercadorias para a fronteira; enquanto a ausência de relação *funcional* relaciona-se à ausência de animação relacional, no vai e vem comercial e de serviços, entre os lados.

As cidades que se encontram nestes territórios possuem uma relação mórbida e passiva com a fronteira: não ultrapassando o limite do “incômodo” político-administrativo. Todavia, essas cidades fronteiriças não podem ser desprezadas, como alude Raffestin (2005, p. 13): “As fronteiras, mesmo quando elas aparecem apagadas, sobrevivem em diferentes instituições”; nestes termos, esse território serve ou à exploração de atividades rurais ou, quando muito, como *strategy stock* (de terra em especial) aos interesses particulares ou geopolíticos delineados à distância.

Essas regiões são percebidas quando não se apresentam núcleos urbanos “do outro lado”, ou quando existem, são separados por barreiras naturais¹¹. Bons exemplos são as diversas fronteiras entre Argentina e Chile; ou a fronteira do Paraguai com o Brasil e com a Bolívia, na região do alto Chaco.

No Brasil, o Ministério de Integração Nacional (2005, p. 144) caracteriza essa fronteira como modelo *margem*¹². A condição em que se encontram esses tipos de fronteiras, tendo como medida os elementos atuais de circulação mercantil e de integração regional no Continente, coloca-a em condições de serem “espaços potenciais de aplicação de políticas públicas futuras” (MACHADO, et. alli, 2005), dependentes da lógica conjuntural.

Condição B – Baixa integração formal, mas com alta integração funcional. *Fronteiras Crespas*¹³.

O território, nessa faixa de fronteira, é povoado de implicações adversas: a utilização do trabalho, das terras, dos serviços e as relações comerciais ali existentes, acontece porque são movidas por uma informalidade abusiva. É muito comum o fato de trabalhadores de um lado da fronteira serem utilizados do outro lado, sem o mínimo formalismo, com salários abaixo do praticado; comumente, termina-se por disponibilizar aos trabalhadores nestas condições um trabalho não apenas funcional, mas ilícito e, por vezes até, compul-

¹¹ Sobre os “efeitos barreira” ver Nijkamp et al (1990).

¹² O trabalho realizado pelo Grupo Retis (UFRJ) estabeleceu uma tipologia para as fronteiras brasileiras com cinco modelos fundamentais: margem, zona-tampão, frentes, capilar e sinapse.

¹³ Também cheguei a caracterizar essa fronteira como “Perigosa” pelo fato de ser uma região que coloca a sociedade em perigo; todavia, o nome *crespa*, melhor representa a agitação e as possibilidades de rusgas na tessitura territorial.

sório. Este é apenas um exemplo da variedade de probabilidades, onde o excesso de funcionalidade pode desaguar em formas desconfortáveis de ilegalidades.

Mais ainda: as relações comerciais informais se dão com base na “confiança”¹⁴, forçando com que as trocas sejam efetuadas sempre em ‘dinheiro vivo’ (*cash*), desprezando-se as formas de transações controláveis.

A ausência de atividades formais faz com que a *participação invisível* comumente contagie o território de maneira sistêmica, contaminando, inclusive, setores de acesso restrito, como bancos e a administração pública¹⁵. Nesses territórios, crepitam formas paramilitares de segurança e o silêncio como código de conduta. Estas condições consolidam um movimento dado pelos “organismos econômicos” descomprometidos, enquanto os “organismos políticos” podem ser cooptados ou acuados.

É uma região típica de conurbação internacional recente, com assimetrias entre pobres e mais pobres ainda, onde o poder da força sobrepõe o diálogo, e o poder dos grupos ilícitos sobrepõe ao poder administrativo. Por mais que as populações possuam mecanismos de comunicação cotidiana, a alta tensão cauciona a permeabilidade e impede relações associativas. Todavia, não é ambiente que deva ser domado, *ad eterno* pelo ceticismo, legando ao território uma condição indelével de subordinação e subsunção. Com poucas adequações que formalizem as ações de trocas, vislumbram-se transformações radicais no tecido das relações econômico-sociais desses lugares.

Preservando os nomes das cidades, pode-se afirmar que, aparentemente, os exemplos se sucedem na América Latina - são as fronteiras entre Colômbia, Equador e Venezuela; entre Bolívia, Chile e Peru; entre Brasil com Paraguai possuem pontos emblemáticos dessa condição; na América Central, citam-se as fronteiras entre Nicarágua com Costa Rica e Honduras, entre Guatemala com Honduras, Belize e México, sem esquecer a fronteira da República Dominicana com o Haiti.

Condição C – Alta integração formal, com alta integração funcional. *Fronteiras Vibrantes. São fronteiras vivas (porém diferenciadas do conceito militar), caracterizadas por uma presença demográfica relativamente importante e por uma estrutura social complexa.*

Os habitantes desses espaços não se sentem constrangidos em criar capilaridades nas suas trocas e relações, pelo fato de serem componentes de nações distintas. Indiferentes a isso, interagem e constroem espaços próprios comuns, invadem terras internacionais, tro-

¹⁴ Uma referência significativa desta “confiança” é a comum frase, dita com humor pelos fronteiriços: “lagarantíasoyyo!”.

¹⁵ Comumente se lê na imprensa denúncias de envolvimento de pessoal da Administração Pública de cidades de Fronteira, envolvidos em negócios ilícitos; como, ainda que pouco noticiado, a retirada de agências bancárias de cidades fronteiriças, dada pelo volume excessivo de depósitos bancários.

cam informações, produtos, relações, configurando dinâmicos espaços geográficos, criando normas e articulações definidas para atenderem suas necessidades, transgredindo determinações provenientes de instâncias situadas em círculos distantes, em áreas externas a elas (MÜLLER, 2003). São nessas áreas que se reforçam as identidades e se produzem novos pertencimentos com mais força e propriedade. A permeabilidade está profundamente enraizada movendo restrições, formatando movimentos de pertencimento e práticas compartilhadas. Assemelha-se ao que Martínez (1994 p. 7) define como *fronteiras integradas*, com permanente estabilidade, funcionalmente fusionadas e movimento irrestrito de pessoas e mercadorias¹⁶.

E, por assim ser, são áreas típicas de tensão constante, porém oferecem alternativas e oportunidades vinculadas às vantagens comparativas de ter mercados de trabalho amplo, com preços e salários diferentes, que multiplicam as possibilidades de emprego, atraindo trabalhadores, investidores e consumidores (ANGUIANO TÉLLEZ, 2005). Aqui, há confrontação/cooperação entre duas visões: a das “organizações econômicas” e a das “organizações políticas”, com mais intensidade e aparência; este embate torna-se benéfico quando uma consolida um limite à outra.

As transgressões, manutenções, interposições, distorções e as trocas confirmam um movimento e um comportamento transversal na convivência e nas interações fronteiriças, favorecendo uma dinâmica particular das atividades, dando características singulares ao território, mais ainda, nas conurbações de médio porte. Ao mesmo tempo em que os abusos da funcionalidade são, no geral, corrigidos pela imposição de ações de integração *formal* – espessa atuação aduaneira, interposição policial, válida presença judiciária, etc. – precata a sobreposição de poder paralelo. Concomitantemente, a integração *funcional* oferece vantagens suficientes para construir uma relação de convivência capaz de embaralhar os costumes culturais e as relações pessoais, indefinindo partes e erigindo uma identidade singular, sem significar sujeição apátrida.

São regiões facilmente identificadas pela presença de conurbações ou semiconurbações, geralmente não muito recentes, com ou sem substantivas assimetrias.

CondiçãoD – Alta integração formal, mas com baixa integração funcional. *Fronteiras Protocolares.*

Esse é um território tomado por ações de Estado ou de grupos empresariais à distância, visando potencializar sua posição competitiva frente a outras regiões ou a outras em-

¹⁶ Martínez (1994) define um modelo de integração partido da relação entre os níveis de tensão com a integração, chegando a quatro propostas: fronteiras alienadas; coexistentes; interdependentes e integradas.

presas, através da dinamização das exportações e/ou importações, criação de portos aduaneiros ligados por rodovias, zonas especiais de exportação, concentrando as atividades de trocas no entorno dessas iniciativas.

Ali reinam a burocracia e suas ordens. Os programas entre países vizinhos, objetivando a ampliação das relações comerciais, o controle de zoonoses com vacinação de rebanhos, educação sanitária, atividades militares para combate ao narcotráfico e ao contrabando, despreza os nexos de cooperação e integração cotidiana do território. Mais que isto, as formas de cooperação feitas amiúde, não apenas são desapoiadas, mas também combatidas.

No âmbito geral, há uma sobreposição normativa controlada *desde arriba*, enquanto as atuações dos “organismos econômicos” são determinadas pela lógica conjuntural exercida e controlada, em maior parte, pelo “circuito superior da economia”. As externalidades suplantam e sufocam as horizontalidades criativas.

Nessas fronteiras, por conta da formalidade descabida, há impedimento, tácito e explícito, no trato de pessoas com o país vizinho, resultando na construção de precários laços fraternos e entrelaçamento cultural acanhado. As assimetrias, que sempre aparecem como forte instrumento de criação de funcionalidades, quando ali se apresentam, demoram muito para consolidar mudanças qualitativas e quantitativas no comportamento social.

São fronteira que vivem do passivo delírio das incursões burocráticas, os “organismos políticos” e, neste caso, se posicionam, no geral e no particular, como guardiões da manutenção e recriação do *status quo*, ou seja, são cooptados – e não associados – pelos “organismos econômicos” para serem gestores de um espaço urbano adequado para uma destinação estrita.

Apesar de esta situação ser tão frágil, do ponto de vista da integração - tanto quanto aquelas fronteiras crespas -, não se postam, não se assumem e negam qualquer fragilidade, sendo considerados pelos Estado-Nações, (e pela mídia), como verdadeiros exemplos de desenvolvimento, integração e guardiões da conduta apropriada de uma fronteira segura e inteligente. Ledo engano. Na verdade, são ambientes controlados e apenas isto. E, como são ordenados por fatores exógenos, o peso das instabilidades nas relações comerciais, as vicissitudes dos acordos diplomáticos e as oscilações constantes no crescimento econômico dos países, fazem desses territórios, ambientes também muito frágeis devido a exaustiva formalidade – embora a aparência indique o avesso. Isto, sem desperceber sobre a possibilidade de utilização, por parte de grupos ilícitos, dos mecanismos burocráticos para transitar mercadorias perigosas.

DESLOCAMENTOS E DESLIZAMENTOS.

A Tipologia apresentada, que se articula sob duas lógicas e apresenta quatro tipos de relações fronteiriças, *não* traz consigo a primazia de uma forma sobre a outra.

Nas situações B e C as empresas, as entidades e as articulações funcionam, em relação à fronteira, sob a égide de uma lógica territorial na qual as ações acontecem por mecanismos endógenos, movidos por inter-relações de múltiplos atores, prioritariamente locais; neste caso, a complementaridade, (saudável ou não), existe e tende a tecer relações horizontais de parceria efetiva.

Totalmente outro é o sistema colocado nas situações A e D. Nestes subsistemas, as integrações com a fronteira são ditadas por articulações exógenas; o efeito *meio geográfico* é subsumido pelas relações verticais.

Considerando que, assim como a sociedade em geral, a fronteira ou é dinâmica por fatores intrínsecos, ou é dinâmica por reflexos de vetores exógenos, ou ainda é, particularmente, apática; e, considerando que a fronteira é mais porosa, ambígua e permeável do que outras partes dos territórios nacionais, não se pode considerar que a posição desses diferentes tipos de situações seja estática. Os sistemas podem se deslocar em ambos os sentidos, porém há uma tendência mais factível de deslocamento e deslizamento¹⁷, a dizer:

- **de Distantes para Crespas ou para Protocolares** – na fronteira há uma particularidade digna de registro: o dinamismo é sempre desigual¹⁸. Dificilmente se observam “calmarias” em ambos os lados por muito tempo; no geral, pelo menos um dos lados é - ou torna-se dinâmico - e concebe mecanismos de repasse de parte desse dinamismo ao outro lado. Tal fato obsta por petrificar relações indolentes nos territórios fronteiriços; ou por meios de relações horizontais, as cidades buscarão engenhos criativos de aproximação maioritariamente funcionais, deslizando para a Situação B; ou forças externas, sob a tutela do Estado, marchetam condições forçadas de aproximação, deslocando para uma Situação *Protocolar*;
- **de Crespas ou Protocolares para Vibrantes** – é impossível manter um território na condição de “terra sem alvará de conduta” indeterminadamente, em especial se este território estiver na *linha divisória*; o outro lado da moeda também é verdade: a população fronteiriça não se aquietará por todo tempo, ante as restrições sem

¹⁷ Os deslocamentos são mais aferidos no sentido da imposição de forças externas; enquanto os deslizamentos dizem respeito mais às formas indulgentes das forças internas.

¹⁸ Cabe registro o fato de que, raramente, o desenvolvimento acontece simultâneo e simetricamente na Fronteira, um lado, por diversos fatores, imprime o ritmo de crescimento econômico do qual o outro lado se associa voluntariamente, isto é muito mais visível nas conurbações. “As conurbações de fronteira possuem uma conta que não fecha: os problemas se multiplicam, enquanto as vantagens se dividem” (OLIVEIRA, 2012, p 81).

propósito impostas pela base normativa, às comunicações com o país vizinho. Quando existe uma dada região fronteiriça com fluxos abertos e desregrados sujeitos às imposições da *participação invisível*, forças internas e/ou desde arriba forçarão o estabelecimento de normas e regulações para a integração existente, sem significar destruir a comunicação social presente; ou seja, a Situação *Crespa* vai se deslocando para a condição *Vibrante*, enquanto naqueles territórios de exa-gero normativo, com o tempo, a população se encarregará de abrir frechas para estreitar relações funcionais com o outro lado, despromovendo normas e condutas de apartamento, fazendo emergir porosidade territorial sem quebrar a presença dos fluxos formais, especialmente se for constatado o aumento populacional (em um ou ambos lados), forçando o deslizamento de uma condição *Protocolar* para uma Situação *Vibrante*. De qualquer modo, os fluxos pendulam, acompanhando comportamentos de demandas sugeridas por acordos supranacionais, oscilações cambiais, estratégias nacionais, etc., sugerindo afirmar que outros deslocamentos, e deslizamentos também podem acontecer.

O deslocamento na direção das exportações (e/ou importações) regionais de determinado produto pode suscitar o aparelhamento de portos e de outras infraestruturas em determinadas regiões da fronteira, o que ocasionaria, por efeito, a instauração de atividades de integração *formal*. Se isto ocorrer em um território de situação *Distante*, ele tenderia à condição *Protocolar* rapidamente; se ocorrer na condição *Crespa* ele tenderia à condição *Vibrante*¹⁹; e, se ocorrer na situação *Vibrante*, poderia, ainda que em menor possibilidade, influenciar a região que tenderia a deslocar, em situação extrema, para situação *Protocolar*.

No caso de ocorrer uma desmobilização geral dos fluxos comerciais e serviços, provocadas por qualquer motivo, cria uma nova regionalização e pode provocar, como efeito, um deslocamento ou deslizamento em qualquer direção difícil de prever. Como ainda, acordos supranacionais podem, inopinadamente, criar e desestimular zonas de livre comércio; estratégias estatais podem provocar deslocamentos populacionais (frentes pioneiras, assentamentos rurais, etc.) ou de empresas (via desoneração); e, iniciativas de intercâmbios por atores locais: tendem a sugerir uma nova espacialidade capaz de redefinir sinergias e competências, variar as situações de integração e reordenar a posição em todas as direções.

¹⁹ Caso como se identifica a fronteira de Corumbá (Brasil), com Puerto Quijarro e Puerto Suarez (Bolívia), saindo de uma fronteira protocolar nos 1970s passando, com a instalação do porto aduaneiro e da chegada do gasoduto Br-Bo, asfaltamento da BR 262, para a condição de ser uma vibrante fronteira, nos dias que correm.



FINALIZANDO

A Tipologia pontuada neste artigo gravita no entorno dos princípios da diferenciação e da aproximação entre as fronteiras. Cada fronteira é uma fronteira, com diferenciações profundas entre elas; por outro lado, há muitos elementos similares nos laços que atam os seus diversos formatos de integração. Aqui estão expostos quatro tipos de aproximações correlacionadas a duas categorias, e assim, coloca-se na perspectiva de uma proposta digna de todas observações.

Ao arquitetar um instrumento para apontar a característica majoritária das relações congruentes do território, tal proposta não cogita ser monolítica, muito menos imutável, definitiva e inquestionável, mas, ao contrário, a matriz na qual está assentada é refém das dinâmicas territoriais e das inovações sobrevividas do processo histórico. O horizonte dessa tipologia não está disposto a uma condição *monotética*, com caráter normativo cristalizado e peremptório, e sim, vislumbra um modelo *hipotético*, cuja validade se funda na situação possível da sua condição histórica, especialmente se considerando que, neste século, tem se enfatizado um “*rebordering*” (uma espécie de re-delimitação), não apenas com o reforço na ideia de fronteira reafirmada pelos tradicionais conceitos de segurança, riscos e ameaças, mas sobretudo com a criação de novas funções, práticas e discursos em tomo do tema fronteiro, como bem alerta Hernandez e Campos-Delgado (2015 p.11).

A base deste estudo está na trajetória de quatorze anos de experiência adquirida pelo Centro de Análise e Difusão do Espaço Fronteiro-CADEF- com estudos e projetos técnicos nas áreas de fronteira. Verificaram-se, no rolar destes anos, que muito do que ocorre nas fronteiras é dado pela ausência de políticas públicas ou sua inadequação e ineficácia e também por um conjunto de leituras equivocadas e enviesadas sobre o processo de integração em curso, ou ainda, por pechas ideologicamente atiradas para justificar inapetências jornalísticas e inépcias administrativas.

O combate ao narcotráfico, à guisa de exemplo, que tem suscitado um imenso debate nos dias atuais, impõe formas, atitudes e condutas diversificada para cada meio geográfico diferentes²⁰razões que justificam e comprovam as excessivas consequências negativas e a pouca eficácia do combate ao narcotráfico na atualidade, como bem lembra Jelsma (2011).

O tipo de relações acenado neste estudo provém de uma lógica territorial sustentada na complementaridade instável, modificável e indecisa. Porém, concebem proprieda-

²⁰ Como se observa o relatado por Tapia y Tagle (2013) na região de Tarapacá - na fronteira do Chile com a Bolívia - é muito diferente daquele formato de aludido por Vellinga (2004), ao analisar as modificações na metodologia de atuação do tráfico na Colômbia, assim como difere das condições relatadas por Oliveira e Linjardi (2013) e Oliveira e Costa (2012) na cidade de Corumbá - na fronteira Brasil-Bolívia.

des e vantagens com as quais se podem contar, permitindo a cada localidade acionar seus atores no esforço de operacionalizarem recursos e promoverem formas alternativas (ou até tradicionais) de desenvolvimento endógeno das fronteiras. Requer-se, para tanto, disposição necessária para constituir mecanismos de observação com certo rigor científico, mas também com capacidade técnica para averiguar, distinguir, separar e propor ações coordenadas de mediação político-administrativa e social, distanciando-se de um diagrama cartesiano estrito de feição meramente técnico ou derrogação puramente acadêmico.

O papel dos atores administrativos e sociais, sejam fronteiriços ou distantes, refletem Oliveira e Oddone (2013), em qualquer período do tempo e do espaço foi e será fazer com que as fragilidades territoriais sejam abrandadas diante da presença das potencialidades presentes, o que coloca em destaque a necessidade de ajuizar sobre as particularidades de cada fronteira, com relação à coesão territorial, às assimetrias econômicas e sociais e ao escopo do processo de integração. É, em síntese, no que esta Tipologia intenta cooperar.

BIBLIOGRAFIA

1. ALBA, F. La cuestión regional y la integración internacional de México: una introducción. **Estudios Sociológicos**. v.XVII, n.15, sept.-dic. pp. 611-631, 1999.
2. ANGUIANO TÉLLEZ, M. E. “Vecindad e interacciones fronterizas en región Tijuana-San Diego” In: OLIVEIRA, T.C.M (Org) **Territórios em Limites** – Estudos sobre fronteiras. pp. 279-306. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.
3. ARROYO, M.M. e GOMES, C.C.G. O Rio Grande do Norte no Comércio Internacional: circuito espacial da produção de têxteis e de confecções. **Revista Mercator**. V.12 n.29, pp 39-50, 2013.
4. APPADURAI, A. “Soberania sem Territorialidade, notas para uma Geografia Pós-Nacional” **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 49. pp.33-46 São Paulo, 1997.
5. BAILEY, John (comp.) **Impactos del TLC en México y Estados Unidos**. Efectos subregionales del comercio y la integración económica. México, DF, FLACSO-MÉXICO, Georgetown University, Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa, 2003
6. BRASIL - Ministério de Integração Nacional. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: s.ed.2005
7. BUSTAMANTE, J.A. Frontera México-Estados Unidos– reflexiones para un marco teórico. **Revista Frontera Norte**. n. 1, v. 1 enero-junio. pp. 7-24, 1989.
8. DILLA ALFONSO, H. Los complejos urbanos transfronterizos en América Latina. **Estudios Fronterizos**, nueva época, vol.16. n.31. enero-junior. pp 15-38.2015

9. FLORES y MONGOLLÓN. El papel de la historia de la educación en la integración fronteriza colombo-venezolana. Caso Norte de Santander-Táchira. **Revista Aldea Mundo**, vol. 14, núm. 27, enero-junio, pp. 37-48, Venezuela: Universidad de los Andes. 2009
10. FOUCHER, M. **Front set Frontières. Un tour du monde géopolitique**. Paris : Fayard. 1998
11. GARCIA, E. M. "Aportaciones para una epistemología de los estudios sobre fronteras internacionales" *In: Estudios Fronterizos* v.7 n.13.pp.9-27 UABC, 2006
12. GRIMSON, A. "Fronteras, naciones y región", 28. Disponível en: <[http:// www.mujeresdel-sur-afm.org.uy/agenda_pos/pdf/4a_edicao/alejandro_grimson_esp.pdf](http://www.mujeresdel-sur-afm.org.uy/agenda_pos/pdf/4a_edicao/alejandro_grimson_esp.pdf)>. 2004
13. HERNÁNDEZ, A. H. **Frontera norte de México: Escenarios de diversidad religiosa**. México: El Colef/El Comich, 2013
14. HERNÁNDEZ, A.H. y CAMPOS-DELGADO (Coord.). (Introducción) **Líneas, límites y Colindancias – Mirada a las fronteras desde América Latina**. Colegio de la Frontera Norte: México, D.F.: CIESAS, 2015
15. HOUSE, J. W. "The Frontier Zone – a conceptual problem for policymakers" *In: International Political Science Review*. V.1 n.4. 1980
16. JELSMAN, M. El desarrollo de la fiscalización internacional de estupefacientes - Lecciones del pasado y desafíos estratégicos para el futuro. *In: Transnational Institute*. N.10, Febrero, 2011.pp.1-20Disponívelem: <http://www.tni.org/sites/www.tni.org/files/download/dlr10s.pdf>
17. LAPID, J. Introduction Identities, Borders, Orders: Nudging International relations Theory in a New Direction. *In: ALBERT, M., JACOBSON, D., LAPID, Y.(eds.). Identities, Borders, Orders. Rethinking International Relations Theory.Borderlines*, v.18. Minneapolis, London, Universit of Minnesota Press, pp.1-20, 2001
18. LEFEBVRE, H. **Lógica formal / Lógica Dialética**. S. Paulo: Civilização Brasileira, 5 ed., 1991
19. MACHADO, L. O et. *alli*. "O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. *In: OLIVEIRA, T.C.M(Org). Território sem Limites – Estudos sobre fronteiras*. pp. 87-112.Campo Grande: Ed. UFMS. 2005
20. MACHADO, L. O. "O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira" *In: CASTRO, I. et alli (Org). Brasil: Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil. 1996
21. MARTINEZ, O. J. The dynamics of border interactin. *In SCHOFIELD, C. H. Global boundaries. World boundaries*. London/NY. v.1 pp.1-15, 1994
22. MÜLLER, K. **Mídia e Fronteira** : Jornais locais em Umuarama-Libres e Livramento-Rivera. Tese de Doutorado. Unisinos, 2003
23. NEWMAN, D. Borders and Bordering. Towardna Interdisciplinary Dialogue. **European Journal of Social Theory**, SAGE Publication, v. 9, n. 2, pp 171-186, 2006
24. NIJKAMP, P. at all – Barriers to communication and spatial interaction. *In: The annals of Regional Science, Bellingham* – Vol 24, nº4, pp. 233-236, 1990.

25. OLIVEIRA, G.F e COSTA, G.V.L. Redes ilegais e trabalho ilícito: o comércio de drogas na fronteira de Corumbá/Brasil e Puerto Quijarro/Bolívia. **Boletim Gaúcho de Geografia**. BGG 38. pp 137-158. Maio de 2012.
26. OLIVEIRA, T. C. M. “Tipologia das Relações Fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos” In: OLIVEIRA, T.C.M(Org). *Território sem Limites – Estudos sobre fronteiras*. pp. 337-408. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005
27. OLIVEIRA, T.C.M. “Frontières em Amérique latine: réflexions méthodologiques”. **Espaces et Sociétés**. Paris: 138 n.3. pp.18-33, 2009
28. OLIVEIRA, T. C. M e ODDONE, N. “Vulnerabilidades e potencialidades na fronteira mesopotânea – o território do Brasil com o Paraguai entre os Rios Paraná e Paraguai” In: TRINCHERO, H. E OLIVEIRA, T. C. M *Fronteiras Platinas – Território e Sociedade*. pp.149-178 Editora UFGD, 2012
29. OLIVEIRA, T.C.M. (2012). “Participação e desenvolvimento na fronteira Brasil-Paraguai – um exemplo. In: MELLO, S. P. T. **Administração Pública Contemporânea – Temas para o debate**. Editora UFPel, pp. 81-103, 2012
30. OLIVEIRA, T.C.M. e LINJARD, G.S.L. A carga pesada das *mulas* – sobre mulheres traficantes na fronteira Brasil-Bolívia. **Revista Ideação**. V.15, n.2 pp 70-95, 2013
31. PAVLAKOVICH-KOCHI, V. Sensitivity of Arizona’s Manufacturing Industries to the Peso Devaluation. *Borderlands: regional Economic Perspectives*. **Research Paper Series 1995-I**. Office of Economic Development, The University of Arizona. Tucson, Arizona.
32. PÈBAYLE, R. “As regiões de fronteira e o projeto de integração no Mercosul” in: LEHNEN, A et. Al (Org) **Fronteiras do Mercosul**. Porto Alegre: UFRGS, 1994
33. PESAVENTO, S. J. (2006) Fronteiras culturais em um mundo planetário - paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s). **Revista del CESLA**, núm. 8, 2006, pp. 9-19, Uniwersytet Warszawski- Polónia. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243321208002>
34. RAMOS, J. M. **Desarrollo regional y relación transfronterizas. El caso México-California**. México, Instituto Nacional de Administración Pública (INAP), 1996
35. RAFFESTIN, C. Espace, temps, frontiere. **Cahiers de géographie du Québec**, vol. 18, n° 43, 1974, p. 23-34. Disponível em: <http://id.erudit.org/iderudit/021174ar> Acesso em :
36. RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1974
37. RAFFESTIN, C. “A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira” In: OLIVEIRA, T.C.M(Org). **Território sem Limites – Estudos sobre fronteiras**. pp. 9-15 Campo Grande: Ed. UFMS, 2005
38. SANTOS, M. **O Espaço Dividido – os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004
39. SOUCHAUD, S. “Algumas considerações sobre a migração internacional transfronteiriça a partir do caso da migração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul” In: OSÓRIO, A., PEREIRA J,V, OLIVEIRA, T.C.M (Org). **América Platina: textos escolhidos**. pp. 13-38 Campo Grande: Ed. UFMS, 2007.

40. TAPIA, A.C. y TAGLE, V. R. Infracciones penales en espacios transfronterizos. El narcotráfico en la provincia del Tamarugal, Chile. **Estudios Fronterizos**. v. 14, n.27.enero-junio 2013. pp31-63, 2013
41. VELLINGA, M. Cambiar las reglas - Una reflexión sobre la industria de la droga. *Trayectorias*. Año VII, n.22, setembro-diciembre, 2006. pp. 66-79
42. YÁZIGI, E. A (2002). **Alma do Lugar** – turismo, planejamento e cotidiano. Ed. Contexto, 2 ed. São Paulo, 2002
43. WONG-GONZÁLES, P. “La emergencia de regiones asociativas transfronterizas Cooperación y conflicto en la región Sonora –Arizona”. **Frontera Norte**. v. 17 n.33.pp.77-106, 2005
44. WONG-GONZÁLES, P. “Cooperación y competencia internacional de regiones: hacia nuevas formas de gestión de desarrollo regional binacional” *In: OLIVEIRA, T.C.M (Org). Território sem Limites – Estudos sobre fronteiras*. pp. 115-194. Campo Grande: Ed. UFMS. 2005b
45. WONG-GONZÁLES, P. (2002)Alianzas estratégicas de regiones transfronterizas: cooperación y conflicto en la frontera México-Estados Unidos. *In: BORDA, D., MASI F.(eds.). Economías Regionales y Desarrollo Territorial*. Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya (CADEP). Asunción, Paraguay, 2002. pp. 149-179, 2002

Artigo recebido em 17 de junho de 2015.

Artigo aceito em 4 de agosto de 2015.